

**Ruídos historiográficos:
A historiografia de resistência africana em perspectiva**

*The Polyphonic Noise:
The Historiography of African Resistance in perspective*

Felipe Paiva*

Resumo: O presente trabalho pretende realizar uma discussão teórica em torno do conceito de resistência tal como é definido e problematizado pelas tendências historiográficas que abordam as ações e iniciativas anticoloniais no continente africano tendo como espaço amostral a *História Geral da África*, editada pela UNESCO.

Palavras-chave: História da África. Resistência. Historiografia.

Abstract: This work aims to make a theoretical discussion about the concept of resistance as defined and questioned by historiographical trends that address the anti-colonial actions and initiatives in Africa taking as sample space the *General History of Africa*, edited by UNESCO.

Keywords: History of Africa. Resistance. Historiography.

Introdução

A *História Geral da África* mostra-se, ainda hoje - exatos vinte anos após sua conclusão - como o projeto mais ambicioso sobre a história do continente africano. Trata-se da síntese de estudos empreendidos por diferentes intelectuais com variadas tendências ideológicas e áreas diversas do conhecimento.¹ Dito isto, o presente artigo intenta realizar uma análise do conceito de *resistência*, tal como é definido pelos autores que compõem a *História Geral da África*.

Sendo obra coletiva seria natural, e frutífero, que as concepções em torno da resistência africana fossem distintas, variando de acordo com a filiação teórico-ideológica de cada autor. Entretanto, há mais do que mera distinção entre as concepções. Existe, de fato, um dissenso epistêmico.

A diversidade de tendências teóricas acaba desembocando em uma variedade conceitual no tocante à definição da resistência, tornando a obra um espaço habitado

* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH - UFF). Contato: paiva.his@gmail.com. Artigo recebido em 24-08-2014 e aceito em 21-05-2015.

por inúmeras vozes conflitantes que, se partilham formalmente o termo não necessariamente o preenchem com o igual conteúdo. Ao mesmo tempo em que se mostra um espaço plural a obra mostra-se preenchida por “ruídos historiográficos”, posto que as noções conceituais de seus autores nem sempre se coadunam.

O conceito de resistência mostra-se, dessa forma, *Polifônico* - tomando de empréstimo esta noção musical. Metaforicamente a *História Geral da África* possui diferentes “linhas melódicas”, ou melhor: “vozes”, que soam simultaneamente (SADIE, 1994, p. 733).² Posta, assim, em termos musicais, esta discussão coloca-se na esteira de Koselleck quando propõe o “conceito” como vocábulo no qual estaria concentrada uma multiplicidade de significados, tendo, portanto, um caráter polissêmico (2006, p. 109).

Todavia, afirmar que além de polissêmico o conceito de resistência é, também, *polifônico*, implica em ancorar a análise no aspecto nem sempre harmonioso, e mesmo conflitante, das definições postas em tela, enfatizando, assim, a voz do indivíduo que se põe a teorizar sobre o fenômeno histórico em questão: o ato de resistir.

Contexto geral

O projeto da coleção *História Geral da África*³ iniciou-se em 1965 com o preparo do *Guia das Fontes da História da África*, publicado em nove volumes até 1969. Posteriormente, de 1969 a 1971, passou-se ao detalhamento e articulação do conjunto da obra e à posterior definição dos autores responsáveis pelos capítulos específicos. A publicação foi iniciada somente em 1981, com a editoração do primeiro volume. Em todas as suas diferentes fases o projeto esteve sob os auspícios da UNESCO.

O conceito de *resistência* é utilizado, sobretudo, no volume VII, publicado em 1985, tendo sido planejado e escrito entre 1960 e 1980. Esse contexto inclui uma variedade considerável de conjunturas. A análise permanecerá centrada neste tomo específico, pois é nele que são primeiramente estabelecidas tanto tipologias de

² Empréstimos transdisciplinares muito mais complexos da noção de polifonia já foram feitos no campo da Teoria Literária por Bakhtin e mais recentemente a noção foi utilizada por D’assunção Barros para definir sua ideia de “devir histórico”. Para mais consultar: Mikhail Bakhtin. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, e José D’assunção Barros. *Teoria da História, IV. Acordes historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2011, pp. 293, 294.

³ Doravante *HGA*.

iniciativas e reações africanas anticoloniais, como temporalidades próprias a estas iniciativas e reações.⁴

Entre os anos de 1960 e 1970, por exemplo, ainda estavam em curso algumas das guerras africanas de libertação nacional, a exemplo das então colônias portuguesas – Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Já nos anos 1980 praticamente todas as nações africanas encontravam-se independentes e mergulhadas em problemáticas pós-coloniais: regimes autoritários, guerras civis, golpes de Estado. Essa diferença de conjunturas explica em parte a diversidade conceitual que a ideia de resistência tomou na *HGA*.

Quando o conceito começou a ser correntemente utilizado, em meados dos anos de 1960,⁵ havia uma necessidade premente de colocar os conflitos de libertação em uma perspectiva mais ampla e destacada ao mesmo tempo em que também se fazia necessário devolver ao africano o caráter de agente da sua própria história. Neste sentido havia uma demanda social pela história contemporânea da África, em especial de seu posto mais avançada no tempo, o presente.

Colocando a questão nos sugeridos por Marieta Ferreira, havia uma “demanda social” ligada à memória e à identidade africanas. Tal demanda era relativa à memória, pois com as recentes independências fazia-se necessário guardar e modelar numa narrativa as lutas do passado recente, ao mesmo tempo em que se propunha um vínculo indenitário uno ao continente, opondo-o ao *outro*: o invasor colonial.

Os historiadores da *HGA* lidavam com a “memória viva dos seus contemporâneos”, o que influenciou fortemente seus trabalhos, pois assim inseriam questões que diziam respeito à legitimidade - neste caso à ilegitimidade - da sociedade em que viviam (FERREIRA, 2012, p. 54). Com efeito, o regime colonial era posto em xeque, no sentido tanto histórico quanto historiográfico.

⁴ Isso não exclui a inserção de *resistência* ao vocabulário de análise nos volumes predecessores, especialmente o II e III. Entretanto, é somente no volume VII que *resistência* mostra-se como a categoria estruturante dos trabalhos, tendência seguida no volume VIII. Optou-se, entretanto, por questões de espaço, em analisar somente o volume VII no presente estudo. Para mais consultar: Gamal Mokhtar. (Edit.). *História Geral da África, II. África Antiga*. São Paulo: Cortez, 2012; Mohammed El Fasi; I. Hrbek (Edits.). *História Geral da África, III. África do século VII ao XI*. São Paulo: Cortez, 2012 e Ali Mazrui; C. Wondji. (Edits.). *História Geral da África, VIII. África desde 1935*. São Paulo: Cortez, 2012.

⁵ Apesar de a primeira aparição, com referência à História da África que conseguimos encontrar, datar dos anos de 1920 em Leys Norman. *Kenya*. Londres: The Hogarth Press, 1924.

As escolhas terminológicas da *HGA* estavam, dessa forma, intimamente relacionadas ao entorno político do momento. Em uma das atas, datada de 1977, de reunião do comitê científico responsável pela preparação da obra são feitas referências importantes acerca dessas escolhas terminológicas para o volume VII. As opções conceituais refletem a tentativa de superar os clichês da historiografia colonial e demonstrar o papel central das ações anticoloniais africanas. Ações estas vistas em um passado recente como “sanguinárias” e “irracionais”, ou mesmo que sequer existiam, sendo o sujeito africano caracterizado como passivo frente à iniciativa colonial.⁶

Enfatizar terminologicamente a resistência mostrava-se como um caminho possível para a superação destes estereótipos negativos. Assim, lê-se na ata citada que seria conveniente, para os autores que iriam compor o volume, descartar “toute expression qui perpétuerait le vieux cliché de la ‘passivité africaine’ ou l’éternelle référence aux ‘initiatives européennes’ et aux ‘réactions africaines’ à cette époque” (UNESCO, 1977, p. 25). É, portanto, através do conceito de resistência que o sujeito africano se firma na historiografia como personagem que se opõe à colonização europeia (BARBOSA, 2012, p. 119). A partir daí a resistência estabelece-se como vetor analítico, com suas tipologias e marcos temporais próprios.

A onda de conflitos libertadores levou, em grande medida, os historiadores a explicarem tais conflitos recorrendo ao passado. Buscava-se estabelecer laços entre um primeiro momento de resistência datado entre fins do século XIX e início do XX, e um segundo momento datado na segunda metade do século XX em que se fazem presentes reivindicações de cunho nacionalistas e revolucionárias. A resistência tornou-se, assim, a “dimensão histórica” do moderno nacionalismo africano (VAIL; WHITE, 1986, p. 193).

Todavia, na data da publicação do volume VII a ideia de resistência havia perdido muito de sua importância nas análises então em curso, em virtude dos diferentes problemas de ordem política - em especial os golpes e contragolpes de Estado - que tiveram lugar nas jovens nações africanas recém-independentes. Com

⁶ Escreveu, já em 1961, portanto no mesmo contexto em que a *HGA* foi idealizada, o historiador canadense Richard Patte que as incursões coloniais em solo africano davam provas da “tenacidade e resistência [sic]” europeias. Deixando, com o colonialismo, de ser a África “terra de ninguém, sujeita inteiramente aos caprichos e vontade dos indígenas”. (Patte, 1961, pp. 259, 295). Trata-se somente de um curto exemplo dos clichês coloniais que ainda vigoravam em grande parte da historiografia sobre o continente.

feito, em meados dos anos de 1980 e 1990 outro consenso se firmava: o de que o conceito de resistência mostrava-se uma categoria de fraco poder analítico (VAIL; WHITE, 1986, p. 193).

A própria *HGA* aparece, dessa forma, no compasso de dois tempos distintos, o primeiro de conflitos de libertação nacional em larga escala associados à resistência para explicá-los; e o segundo, quando para uma parcela da historiografia, a complexidade e a especificidade das independências nacionais passaram a serem fatores que desqualificavam a importância conceitual da resistência.

Resistência: entre o local e o global

Para o desenvolvimento da ideia de resistência enquanto aporte conceitual foi preciso, dentro do projeto da *HGA*, torná-la um fenômeno africano global. Passava-se a encarar a resistência enquanto um fenômeno que não precisaria de confirmação, transformando-a, assim, em afirmativa necessária para principiar a pesquisa, lhe dando um tom próximo ao axiomático.

Entretanto, por esse viés a experiência concreta poderia ficar refém de um modelo teórico já estabelecido, o que acabaria ferindo o próprio estatuto epistêmico do conhecimento histórico, qual seja, segundo Gadamer; que esse conhecimento não é constituído pelos “fatos extraídos da experiência e posteriormente incluídos em uma referência axiomática”, mas antes seu próprio alicerce é a historicidade interna da própria experiência (2003, p. 300). Os conceitos históricos, por isso, devem declinar da experiência histórica e não o contrário.

Dessa forma, transformar a resistência - algo que de fato fez uma historicidade interna de determinada experiência - em um axioma seria desastroso, pois retiraria sua originalidade e validade teórica.

Terence Ranger, no volume VII da *HGA*, generaliza o fenômeno da resistência na tentativa de torná-la um conceito global:

Em resumo, praticamente todos os tipos de sociedade africana resistiram, e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia. *Podemos aceitar isso como um fato que não mais precisa de demonstração.* Cumpre-nos agora passar da classificação para a interpretação; em vez de nos restringirmos à tarefa de provar que houve resistência, cabe-nos determinar e explicar os diversos graus de intensidade em que ela ocorreu (2012, p. 54) – Grifos meus.

Mesmo não caindo necessariamente no tom axiomático, Ranger pretende generalizar a ideia de resistência, tornando-a um conceito global.

Dessa forma, no escopo do volume VII da *HGA* a resistência enquanto fenômeno generalizante e as rebeliões localizadas, ocorridas entre finais do século XIX e as três primeiras décadas do XX, são tratadas enquanto categorias analíticas distintas, ao menos no plano teórico. Entretanto, nos capítulos que vieram a público, ambas são muitas vezes tratadas como sinônimas, sendo que as rebeliões localizadas são apresentadas como subproduto do fenômeno da resistência. Tal ocorre, por exemplo, na categorização mais geral proposta por Allen Isaacman e Jan Vansina, segundo a qual a resistência poderia variar entre: 1) oposição ou confronto na tentativa de manter a soberania das sociedades autóctones; 2) resistência localizada na tentativa de atenuar abusos específicos do regime colonial; 3) rebeliões destinadas à destruição do sistema estrangeiro que havia gerado tais abusos (2012, p. 192).

A tipologia proposta por Isaacman e Vansina, mais até do que a generalização empreendida por Ranger, faz crer, corretamente, que as trajetórias de resistência são diversas e multilíneas, o que torna problemático empreendimentos teóricos que visem homogeneizar fenômenos diferentes, fazendo-os orbitar ao redor de linhas mestras globais.

Na verdade isso perpassa uma questão de fundo que deve ser considerada: ao teorizar sobre a resistência estamos tratando de uma *práxis* que antecede à *teoria*. O ato de resistir antecede qualquer teorização abstrata sobre a própria resistência. Colocando a questão nos termos gerais sugeridos por Slavoj Žižek: se há uma teoria da resistência ela é “em seu aspecto mais radical a teoria de uma prática fracassada” (2009, p. 21). Por este motivo, esquemas são sempre problemáticos por tangenciarem uma coisificação dessa *práxis*.

A prática, entretanto, não é estática, ao contrário, ela envolve determinada ação e por isso só pode ser corretamente apreendida enquanto processo. A resistência é antes de tudo um processo, multilinear e heterogêneo em suas formas e em seus conteúdos. Qualquer tentativa de homogeneização conceitual que se faça não pode dar conta dessa dinâmica processual. Para tornar a resistência um conceito passível de utilização em contextos históricos específicos é preciso, portanto, pôr em diálogo o

conceito global com as experiências locais. No projeto da *HGA* Elisha Atieno é, talvez, o que melhor soube fazer dialogar estas duas pontas do mesmo arco.

Em sua tentativa de definir o que foi a oposição ao colonialismo Atieno vai empregar um novo termo: *Síasa*. Palavra de origem kiswahili, *síasa* significa, segundo Atieno, simultaneamente oposição, reivindicação, agitação e ação militante, compreendendo assim as ações desenvolvidas tanto por grupos organizados como iniciativas espontâneas e individuais (2012, p. 757).

Atieno propõe *síasa* como um conceito que conjugue a resistência enquanto fenômeno global e suas expressões mais organizadas e bem delineadas do ponto de vista ideológico com aquelas experiências de caráter mais local e pouco organizado. Nesse contexto insere-se desde a manifestação política autorizada pela própria metrópole até os “comícios provocadores sobre as colinas e os treinamentos bélicos nas florestas”, de maneira que, continua Atieno,

A *síasa* representa, portanto, uma consciência coletiva dos malefícios do sistema colonial em dado lugar e momento. O termo abrange ao mesmo tempo a consciência de clãs, de nacionalidades e de classes sociais. As atividades políticas a que se dedica este capítulo embasavam-se, portanto, numa consciência de grupo concreta. Eram atividades de massa. Cada movimento exigia um chefe, mas eram as massas que o formavam, sendo os dirigentes apenas a vanguarda. E, de acordo com o nível e o terreno de intervenção escolhidos, algumas dessas atividades foram mais tarde classificadas como manifestações de nacionalismo (2012, p. 759).

A noção de *síasa* tem o mérito de buscar empregar uma terminologia original para o estudo da reação anticolonial empregando uma semântica própria para a questão. Semântica esta advinda da própria prática da resistência, sendo, por isso mesmo, sua utilização restrita às áreas de povoação kiswahili, não tendo, inicialmente, maior abrangência teórica.

Ponto problemático é quando o historiador aponta a *síasa* como predecessora/sinônima do moderno nacionalismo de massas. Há nesse aspecto do argumento de Atieno a manifestação da tendência geral da *HGA*, um dos poucos pontos de consonância da obra, em tratar a resistência como predecessora, e, em alguns casos, fenômeno idêntico do posterior nacionalismo africano dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, quando da eclosão conflitos de libertação nacionais.

Dessa forma, considerada generalização teórica e fenômeno global, ou reformulada linguisticamente em seus contornos locais através da noção de *síasa*, a resistência é apresentada por Albert Adu Boahen, editor do volume, através da questão chave: “Qual foi a atitude dos africanos perante a irrupção do colonialismo, que traz consigo tão fundamental mutação na natureza das relações existentes entre eles e os europeus nos três últimos séculos?”. A resposta, afirma Boahen, é “clara e inequívoca”, pois:

na sua esmagadora maioria, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis a essa mudança e declararam-se decididos a manter o *status quo* e, sobretudo, a assegurar sua soberania e independência, pelas quais praticamente nenhum deles estava disposto a transigir, por menos que fosse (2012, pp. 3, 4).

São traçadas, assim, as linhas mestras que, segundo Boahen, caracterizariam a resistência: a manutenção do modo de vida tradicional frente à emergência do colonialismo e a oposição às mudanças sociais e culturais que ele implicava, ressaltando o papel das elites tradicionais como defensoras do *status quo*.

Para avaliar seu modelo Boahen faz emergir em seu texto as vozes de diversos monarcas africanos. Dentre eles: Prempeh I, rei dos Ashanti; Lat-Dior, o *Damel* de Cayor e Menelik II, imperador da Etiópia. Nas palavras deste último: “Os inimigos vêm agora se apoderar de nosso país e mudar nossa religião [...]. Com a ajuda de Deus, não *lhes entregarei meu país* [...]. Hoje, que os fortes *me emprestem* sua força e os fracos *me ajudem* com suas orações” (Menelik apud Boahen, 2012, p. 5). Declarações como essas são, nas palavras de Boahen, as “respostas textuais *dos homens* que tiveram de fazer frente ao colonialismo: elas mostram, incontestavelmente, sua determinação em opor-se aos europeus e em defender sua soberania, sua religião e seu modo de vida tradicional” (2012, p. 5).

A identificação da resistência africana com os líderes tradicionais mostra-se clara tanto na passagem do próprio Menelik II como no julgamento histórico de Boahen. A palavra de ordem do imperador etíope é extremamente personalista, se dirigindo no singular contra os inimigos vindos da Europa: “não entregarei *meu país*”. Da mesma forma, Boahen também personaliza a resistência, afinal são “as respostas textuais *dos homens* que tiveram de fazer frente ao colonialismo.” Além de personalista

o tom é também claramente masculino. A resistência, encarada como conflito direto de duas forças encarna-se na imagem do líder, o herói. As figuras pessoais dos líderes são tratadas espécie de catálise das iniciativas anticoloniais.

Trata-se, na verdade, de um constructo narrativo bastante seletivo, pois com esse modelo Boahen acaba falhando, segundo Frederick Cooper, em tratar das contradições originadas de estruturas sociais específicas do próprio contexto africano, da qual a mais saliente é a escravidão (2008, p. 28). Se havia, por um lado, o ímpeto de manter-se politicamente independente, havia, em contrapartida, a dependência econômica dos Estados africanos – sobretudo no que concerne às nações da costa ocidental do continente -. Presos que estavam ao papel que lhes era dado na economia-mundo de então: o de fornecedores de gente; escravos.

Não se pode desprezar o fato de que os principais opositores ao avanço imperial europeu na África Ocidental tenham sido, nas palavras de Alberto da Costa e Silva, “irredutíveis em sua determinação de produzir e vender escravos”. Daí deriva o fato de que cerrados na contradição entre a dependência econômica de um lado e a busca da manutenção da autonomia política de outro as figuras pessoais de muitos dos monarcas africanos relevados por Boahen acabam assumindo feições “trágicas” e mesmo “amargas” (SILVA, 2011, p. 130).

Em linhas gerais o tradicionalismo africano é tratado como oposto à modernização europeia pós-revolução industrial, e, portanto, resistente a ela. O modelo de Boahen encontra-se alicerçado na dicotomia entre a modernidade invasora e a tradição resistente.

Subsiste nessa narrativa a visão dicotômica característica da própria ideologia colonial, gerada pela oposição do “colonizador civilizado e do colonizado primitivo”. Assim, nos fala Cooper: “O risco de explorar o binário colonial está na sua redução, seja através de novas variações dicotomias (o moderno *versus* o tradicional), seja pela inversão (o imperialista destruidor *versus* a tolerante comunidade de vítimas)” (2008, pp. 22, 23).

Nessa lógica, cercada por binômios, um fator emerge como fundamental enquanto meio de definição teórica da resistência: o capitalismo.

Capitalismo e Resistência

O capitalismo é visto, ao correr da *HGA*, como um fator essencial para o entendimento do desencadear das iniciativas anticoloniais africanas. Tal acontece, pois são nas relações de produção e reprodução do sistema capitalista que tanto o imperialismo como o colonialismo convergem como ideologias e formas de organização socioeconômicas que suscitam reações contrárias dos africanos.

Jon Abbink e Klass van Walraven afirmaram acertadamente que nesse momento considerava-se resistência qualquer coisa, “desde la disimulación al bandolerismo, [...] ‘cualquier actividad que ayudara a frustrar las operaciones del capitalismo’” (2008, pp. 17, 18). Um dos principais nomes dessa linha, Allen Isaacman, argumenta na *HGA* que:

a resistência oferecida pelos camponeses e operários em começos do século XX decorria diretamente dos esforços desenvolvidos pelos regimes para reforçar sua hegemonia e impor relações capitalistas, a fim de explorar os recursos humanos e naturais da África central (ISAACMAN; VANSINA, 2012, p. 203).

Nessa leitura a resistência é vista especialmente enquanto reação às consequências do capitalismo em África. Todo o choque entre africanos e europeus seria consequência, em última análise, da implantação desse modo de produção e às suas decorrências como o trabalho forçado, as migrações laborais, os impostos, etc. Segundo Martin Kaniki, responsável pela parte dedicada aos aspectos econômicos do colonialismo na *HGA* (juntamente com Walter Rodney e Coquery-Vidrovitch), a tributação, por exemplo, não foi desenvolvida com vistas a aumentar a receita pública, mas com o “objetivo de obrigar os africanos a se colocarem a serviço dos interesses do capitalismo internacional” (KANIKI, 2012, p. 455).

Em síntese, as colônias foram “integradas ao sistema capitalista ocidental, no contexto de um sistema econômico coerente de exploração colonial” (COQUERY-VIDROVITCH, 2012, p. 401), e, segundo Rodney, diante dessa tentativa de “destruição de sua independência econômica, os africanos respondiam com *violência*” (2012, p. 377).

Na argumentação de Rodney parece haver um traço fundamental do pensamento de Frantz Fanon. Para Fanon a força motriz da descolonização seria justamente a violência: “Le colonisé qui décide de réaliser ce programme, de s’en faire le moteur, est clair pour lui que ce monde rétréci, semé d’interdictions, ne peut être

remis en question que par la violence absolue” (2010, p. 453). Dessa forma, violência e resistência conjugam-se contra o capitalismo colonial-imperialista.⁷

Tal interpretação remete ao fato de que o desenvolvimento do capitalismo engendrou novas formas de resistências, tanto no nível da ação (as fugas do trabalho forçado, as retenções da produção da lavoura, a sonegação de impostos), quanto organizacional, especialmente com a formação dos sindicatos de operários, que acabaram em alguns casos pluralizando racial e étnicamente a resistência.

Em muitos casos a resistência transpôs a barreira racial, sendo exemplares movimentos ocorridos na África do Sul. Neste sentido, o fenômeno da resistência passa a ser muito mais complexo do que o binômio Branco (invasor colonizador)/Negro(colonizado resistente) pode fazer supor.

Em áreas mais industrializadas com um nascente movimento operário a perspectiva de classe, por exemplo, acabava por conjugar brancos pobres com negros. Em um trecho de panfleto intitulado *Apelo aos trabalhadores Bantu*, lia-se: “Que importa a cor da sua pele! Vocês pertencem às massas laboriosas do mundo inteiro. Daqui por diante, todos os assalariados fazem parte da grande confraria dos trabalhadores” (Apud DAVIDSON; ISAACMAN; PÉLISSIER, 2012, p. 805). É contrariado o binômio racial que aparece, ainda que de forma implícita na própria *HGA*. Trabalhos mais recentes têm criticado esse possível “racialismo” da resistência, por se centrar demais nas reações do africano ao “homem branco”.⁸

Essa reflexão inaugura o tema mais problemático quanto à reflexão sobre a ideia de resistência na *HGA*. Afinal, incluir os sindicatos e os operários como expressões de resistência seria romper com o vínculo entre manutenção do *status quo* da tradição e resistência. Da mesma forma, mais problemático ainda seria incluir entidades como a citada *International Socialist League* na resistência. Isso porque a organização estava

⁷ A tendência a privilegiar os choques diretos, violentos, é geral na *HGA*. Naturalmente a tese de Fanon ressoou implícita ou explicitamente em vários outros trabalhos sobre a resistência africana e não só no estudo de Rodney.

⁸ Como argumentaram Abbink e Walraven em um estudo recente: “Un punto fundamental en la crítica a los primeros trabajos sobre el concepto de resistencia es que se centran en las reacciones de los africanos contra el hombre blanco o el colonialismo y no en su verdadero quehacer del desarrollo histórico”. O problema é que Abbink e Walraven não especificam concretamente em seu trabalho o que seja esse “verdadero quehacer del desarrollo histórico” (2008, p. 16), o que torna sua crítica aos primeiros estudos sobre a resistência - e, conseqüentemente, a alguns trabalhos da *HGA* - incompleta.

filiada a uma ideologia que, para todos os efeitos, tem sua origem na Europa moderna pós-revolução industrial e não na África “tradicional”.

Trata-se agora de admitir, a continuidade da *Era Clássica da resistência*, que compreende os fins do século XIX e início do XX, com as oposições anticoloniais posteriores, transpondo-se assim da ênfase no *status quo* da tradição e nas figuras pessoais dos chefes tradicionais, para organizações de feições modernas (sindicatos, partidos, etc.) e com um apelo mais coletivo.

Resistência e Política

Coube a Terence Ranger levar a cabo a discussão sobre o caráter tradicional e moderno da resistência. Vale lembrar, mais uma vez, que a *HGA* foi semeada em plena onda de guerras de libertação nacional e que alguns movimentos nacionalistas “manifestadamente se inspiraram nas lembranças de um passado *heroico*” (RANGER, 2012, p. 65). Os historiadores do projeto da *HGA* veicularam a ideia de resistência intimamente ligada ao nacionalismo revolucionário africano do século XX e, tal como muitos militantes deste último, buscaram traçar uma continuidade entre a fase da expansão colonial do final do séc. XIX e as guerras de libertação nacional.

A *HGA* de maneira geral se contrapõe, dessa forma, àquela parcela da historiografia que não vê ligação entre a resistência e as guerras de libertação encabeçadas por movimentos nacionalistas. Tal é o caso de Henri Brunschwig para quem a resistência estaria somente vinculada aos laços étnicos, de forma que os movimentos nacionalistas estariam em outro plano organizativo em que as ideologias “importées d’Occident, et assez souples elles-mêmes, assez ambigües pour pouvoir s’adapter aux peuples et aux circonstances” (1974, pp. 61, 64).

Outro autor a questionar tal vínculo é Edward Steinhart. Para ele, tratar as insurreições militares datadas dos anos iniciais do colonialismo como precursoras das guerras de libertação nacional seria dar legitimidade aos numerosos regimes autoritários que se instalaram em vários países africanos no pós-independência e consolidar uma espécie de “mito nacionalista autoritário”: “Instead of examining anti-colonial resistance, protest and liberation movements through the distorting lens of

nationalist mythology, we must create a better ‘myth’, one better suited to interpreting the reality of African protest” (1993, p. 362).

Para opor-se a essas teses Terence Ranger faz uso, na *HGA*, do trabalho de Allen Isaacman. Este último argumenta, partindo do caso moçambicano, que as lutas camponesas da *Era Clássica* acabaram por ser o germe da contestação que desembocaria na formação da FRELIMO (Frente de Libertação Nacional de Moçambique), um moderno movimento nacionalista que encabeçou a guerra de libertação: “A revolta [camponesa] de 1917 constitui a culminação da longa tradição de resistência zambeziana e simultaneamente se torna precursora da recente luta de libertação” (ISAACMAN, 1979, p. 290).

Essa forma de encarar a resistência acabava se conjugando ao entorno político do período de sua formulação. O próprio Isaacman abre sua obra com uma fala de Samora Machel, líder máximo da FRELIMO de então:

No curso do... processo histórico das guerras de conquista, o Povo Moçambicano sempre se bateu heroicamente... contra o opressor colonialista. Desde a resistência do Monomotapa à insurreição do Barué, a história moçambicana orgulha-se dos gloriosos feitos das massas na luta pela defesa da liberdade e da independência (MACHEL apud ISAACMAN, 1979, p. 6).

A argumentação de Isaacman contém, de forma perceptível, a mesma base ideológica do discurso de Machel. Entretanto, não se tratava somente de uma posição pessoal de Samora Machel, posteriormente absorvida por Isaacman. Ao contrário, a força desse discurso se fará sentir em toda a África, da Cidade do Cabo ao Cairo.

No Egito, Gamal Abdel Nasser escreverá que “é evidente que êsses (*sic*) germes [da contestação anticolonial] existem em nós desde o nosso nascimento, e que era uma herança das antigas gerações” (1963, p. 68). Já na África do Sul o então jovem líder político Nelson Mandela afirmava procurar inspiração nas histórias das guerras travadas pelos seus antepassados em defesa da pátria, vendo tais histórias não somente como parte das narrativas ancestrais, mas como uma forma de orgulho e glória da nação africana (1965, p. 147).

Contudo, foram feitas outras leituras ainda mais problemáticas da resistência por parte de certos políticos nacionalistas africanos. O então chefe de Estado da Guiné-

Conacri, Sekou Touré, por exemplo, neste mesmo período reclamava a ascendência materna de Samori Touré, o *Almamy* do Império Malinquê da África ocidental que se opôs militarmente à invasão imperialista francesa em meados do séc. XIX.⁹

Sekou Touré evocou a memória de seu suposto antepassado para criar consenso nacional e legitimar-se no poder. De acordo com Ibrahima Kaké, Sekou Touré apresentava-se como o descendente de Samori “escolhido pelos anjos” para vingar o *Almamy*, articulando, dessa forma, seu poder político de chefe de Estado com o de portador de poderes sobrenaturais herdados de sua suposta linhagem imperial (KAKÉ, 1987, pp. 21, 22).

Criava-se para fins político-pragmáticos, não mais puramente teóricos ou historiográficos, o vínculo entre as insurreições armadas de finais do século XIX e a política nacionalista então corrente, não havendo necessariamente oposição direta entre o discurso nacionalista e o vínculo étnico ou entre organizações políticas modernas e modelos de hierarquias ancestrais, o que ajuda a desconstruir a tese de Brunschwig, segundo a qual seria característica específica da resistência estar vinculada aos elementos étnicos, ao contrário do moderno nacionalismo de massas.

A chamada “tradição de resistência” fornecia um valioso substrato simbólico para ajudar a consolidar a ideia de nação, desembocando em um uso anacrônico dos nomes de alguns dos chefes africanos do passado. Esse uso abriu margem para a crítica de Steinhart ao “mito nacionalista autoritário”.

Contudo, apesar do diálogo inevitável entre o pragmatismo político dos anos 1970 e 1980 de um lado e a teoria historiográfica de outro não se pode reduzir esta última à primeira. Henry Mwanzi é o autor que mais se esforça em demonstrar que o projeto da *HGA* não compactua com os usos e abusos do passado insurgente:

Os envolvidos [nas lutas nacionalistas do pós-segunda guerra] tendiam a considerar-se herdeiros de uma longa tradição de combate, que remontava aos começos do século atual, se não a antes. Posto nestes termos, este ponto de vista é uma tentativa de utilizar critérios do presente – de utilizá-los retroativamente – na interpretação dos acontecimentos do passado (2012, pp. 167, 168).

⁹ Em itálico o título imperial de Samori Touré.

Mesmo referenciando outros autores da *HGA*, Boahen em particular, Mwanzi mostra-se, pelo seu posicionamento, como espécie de “ponto fora da curva”. Trata-se do único autor que problematiza o vínculo direto entre o nacionalismo africano moderno e as ações de insubordinação datadas do início da invasão colonial. A crítica do autor às elites africanas que encabeçaram as independências vem cortante dentro da narrativa linear e homogênea que perpassa grande parte dos demais escritos.

Sua assertiva mostra-se, por isso, como aviso. Buscar, por meio de uma perspectiva historiográfica imune aos anacronismos da pragmática política a mediação necessária entre dois momentos, que, se comportam claras diferenças conjunturais possuem o mesmo vínculo causal: o colonialismo.

Conclusão

De acordo com o que foi discutido ao longo desse trabalho é possível concluir que a resistência ao colonialismo se configurou nessa historiografia atuante na *HGA* como um termo polissêmico, empregado por isso mesmo como sinônimo de muitos outros: rebeliões, insurgências, *siasa*, protestos, etc. Há na *HGA* uma diversificação de impressões sobre a resistência. Retornando aos termos em que sustentamos a análise: é possível afirmar que várias vozes habitam a *HGA* e tentam conceituar a resistência, ocorrendo uma polifonia do conceito.

Apesar do largo uso que tinha o termo, ele não foi, de fato, sistematizado de maneira a construir um consenso epistemológico mínimo. Assim, “resistência” foi se tornando cada vez mais uma definição vaga que denotava qualquer tipo de empreitada anticolonial, qualquer reação gerada pelo capitalismo, ou mesmo ganharia tons quase axiomáticos e, como tal, não mais precisaria ser comprovada.

A ideia de resistência da *HGA* acaba, portanto, tendo uma série de implicações paradoxais: em um momento enfatiza-se a manutenção da tradição, em outro os aspectos da modernidade; apela ao modo como a resistência antecipou os conflitos de libertação nacional, mas também comporta a ideia de que ela mesma foi um conflito nacionalista. Ao fim, o maniqueísmo político é rejeitado, o que não impede de tratar a resistência de forma politizada.

REFERÊNCIAS

- ABBINK, Jon; WALRAVEN, Klass; BRUJIN, Mirjam. (Edits.). *A proposito de resistir. Repensar la insurgencia en Africa*. Barcelona: Oozebap, 2008.
- ATIENO, Elisha. “Política e nacionalismo na África oriental, 1919 – 1935”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.
- BARBOSA, Muryatana. *A África por ela mesma. A perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.
- BOAHEN, Albert. “A África diante do desafio colonial”. In _____. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.
- BRUNSCHWIG, Henri. “De la résistance africaine à l’impérialisme européen”. *The Journal of African History*, Vol. 15, nº 1. London: Cambridge University Press, 1974.
- COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a história colonial da África”. *Anos 90*, Vol. 15, nº 27. Porto Alegre: Gráfica UFRGS, 2008.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. “A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914 - 1935)”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.
- DAVIDSON, Basil; ISAACMAN, Allen; PÉLISIER, René. “Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919 – 1935”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.
- FANON, Frantz. *Oeuvres*. Paris: La Découverte, 2010.
- FERREIRA, Marieta. “Demandas sócias e História do Tempo presente”. In VARELLA, Flávia; *et alii*. (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método, I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Editora Universitária São Francisco/Vozes, 2007.
- ISAACMAN, Allen. *A Tradição de resistência em Moçambique. O Vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento, 1979.
- _____; VANSINA, Jan. “Iniciativas e resistências africanas na África central, 1880 – 1914”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.
- KANIKI, Martin. “A economia colonial: as antigas zonas britânicas”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.
- KAKÉ, Ibrahima. *Sékou Touré. Le héros et le tyran*. Paris: Jeune Afrique, 1987.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006.
- MANDELA, Nelson. *No easy walk to Freedom*. Heinemann: Portsmouth N.H, 1965.
- NASSER, Gamal. *A Revolução no mundo árabe*. São Paulo: Edarli, 1963.
- PATTE, Richard. *Portugal na África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 1961.

RANGER, Terence. “Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.

RODNEY, Walter. “A economia colonial”. In BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). *História Geral da África, VII. África Sob Dominação Colonial*. Brasília: São Paulo: Cortez, 2012.

SADIE, Stanley. *Dicionário Grove de Música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SILVA, Alberto. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

STEINHART, Edward. “The Nyangire rebellion of 1907: anti-colonial protest and the nationalism myth”. In MADDOX, Gregory. (Edit.). *Conquest and resistance to colonialism in Africa*. New York/London: Garland Publishing, 1993.

UNESCO. *Septieme reunion du bureau du Comite Scientifique International pour la redaction d'une Histoire Generale de L'Afrique*. Paris, 18 – 29 de julho de 1977. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032484ed.pdf>>. Acessado em 06 de setembro de 2013.

VAIL, Leroy; WHITE, Landeg. “Forms of resistance: songs and perceptions of power in colonial Mozambique”. In CRUMMEY, Donald. (Edit.). *Banditry, Rebellion and Social Protest in Africa*. London: James Currey/Heinemann: Portsmouth N.H, 1986.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2009.